

ANÁLISES POPULACIONAIS DAS MESORREGIÕES BRASILEIRAS

Population analysis of brazillians mesorregions

José Zucca Morais Filho¹

Cássia Marques da Rocha²

Resumo

As questões relacionadas à população sempre são foco de estudos na área da Geografia, pois estão associadas a diversos fatores, como condições econômicas, qualidade de vida, migrações, entre outros, que configuram a sua existência no espaço geográfico, o que justifica a pertinência do assunto. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo analisar a questão populacional no âmbito das mesorregiões do Brasil. Os procedimentos metodológicos se deram através de levantamento bibliográfico, com o uso de obras de autores como Santos (2006), Brito (2007), Oliveira (2006), com o uso do programa Philcarto para a produção de mapas com base em dados do IPEAdata, e por fim realizou-se as análises acerca das populações totais, rurais e urbanas de todas as mesorregiões. Deste modo foram realizadas as devidas conexões entre os assuntos que permeiam o âmbito populacional, em busca de demonstrar e compreender a evolução de seus números no intervalo de 2000 à 2010, os quais são os respectivos anos dos dois últimos censos demográficos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Palavra-chave: Mesorregiões; População; Migração.

Abstract

The issues related to the population are always the focus of studies in Geography, because are associated with several factors, such as economic conditions, quality of life, migration, and others, that configures their existence in the geographic space, which justifies the relevance of subject. Therefore, this study has the intention to analyse the population issues in the context of mesoregions of Brazil. The methodological procedures were through bibliographical procedure, using works of authors such as Santos (2006), Brito (2007), Oliveira (2006), using the Philcarto program to produce maps based on datas from IPEAdata and finally held the analysis of total, rural and urban populations of all mesoregions. This way were realized the proper connections between issues that permeate the population level, seeking to demonstrate and understand the evolution of their numbers in the interval 2000 to 2010, which are the respective years of the last two demographics censuses realized by IBGE (Institute Brazilian Institute of Geography and Statistics).

Keywords: Mesoregions; Population; Migration.

¹ Graduando de Geografia e bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Geografia, da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: zucca_10@hotmail.com

² Graduanda de Geografia e bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Geografia, da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: caah_marques@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os fatores populacionais permeiam a ciência geográfica como um dos temas de discussão desta ciência, pois a população se desloca, se desenvolve e se reproduz, ou seja, os fluxos populacionais tem como cenário, espaço geográfico. Para tanto, as populações dentem a ser influenciadas pelos fatores econômicos, políticos e naturais.

O presente trabalho busca analisar a questão populacional a nível nacional, por meio do estudo das mesorregiões brasileiras (divisão regional instituída em 1990) em uma escala temporal de 2000 a 2010. Sendo assim, um breve contexto histórico do Brasil e a discussão dos temas como migração, se fazem pertinentes. Para isso, foi realizado o levantamento bibliográfico acerca da temática, com destaque para autores como Santos (2006), Brito (2007), Oliveira (2006) e o levantamento de dados no IPEAdata para a elaboração de mapas na programa Philcarto.

As análises buscam expor a realidade da população brasileira no intervalo de dez anos, nos quais a população cresceu 12,3%, as migrações para as cidades médias apresentaram expressividade; São Paulo continuou sendo um polo de atração para a população brasileira, mesmo que em menor intensidade; houve a redução da mortalidade infantil e a início do processo de envelhecimento da população passam a se intensificar.

AS MESORREGIÕES BRASILEIRAS

A Divisão Regional do Brasil em mesorregiões deve como princípio identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas. As mesmas foram definidas com base nos seguintes critérios: “[...] o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial.” (IBGE, 2014).

A aplicabilidade dessas subdivisões reporta à:

Elaboração de políticas públicas; subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subsidiar o planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais. (IBGE, 2014).

Destarte pode-se entender que as mesorregiões são subdivisões criadas para a melhor planejar, ordenar o arranjo espacial brasileiro, sendo que os municípios que compõe uma dessas regiões devem possui articulações entre si.

O Brasil conta com 137 mesorregiões, instituídas em 1990 e estão distribuídas em todos os estados e no Distrito Federal, sendo que 9 dessas são regiões metropolitanas,

os números de mesorregiões por Unidade Federativa são variáveis, sendo que 5 dos 26 estados brasileiros contam com apenas duas mesorregiões e um único um estado, São Paulo, possui 15 subdivisões (IBGE, 1990). O quadro a seguir (ver quadro 1) apresenta o número de mesorregiões por estado e o nome de cada uma delas, a fim de expressar a desigualdade quantitativa que existe nessa subdivisão do território brasileiro.

Quadro 1 - Mesorregiões brasileiras por Estado.

Acre (AC) - 2 Vale do Acre Vale do Juruá	Alagoas (AL) - 3 Leste Alagoano Sertão Alagoano Agreste Alagoano	Amazonas (AM) - 4 Norte Amazonense Centro Amazonense Sudoeste Amazonense Sul Amazonense	Amapá (AP) - 2 Sul do Amapá Norte do Amapá
Bahia (BA) - 7 Metropolitana de Salvador Centro Sul Baiano Centro Norte Baiano Sul Baiano Nordeste Baiano Vale São-Franciscano da Bahia Extremo Oeste Baiano	Ceará (CE) - 7 Centro-Sul Cearense Metropolitana de Fortaleza Noroeste Cearense Norte Cearense Sertões Cearenses Sul Cearense Jaguaribe	Espírito Santo (ES) - 4 Sul Espírito-santense Litoral Norte Espírito-santense Noroeste Espírito-santense Central Espírito-santense	Distrito Federal (DF) - 1
Goiás (GO) - 5 Sul Goiano Leste Goiano Norte Goiano Noroeste Goiano Centro Goiano	Maranhão (MA) - 5 Norte Maranhense Oeste Maranhense Leste Maranhense Centro Maranhense Sul Maranhense	Mato Grosso (MT) - 5 Sudeste Mato-grossense Nordeste Mato-grossense Sudoeste Mato-grossense Centro-Sul Mato-grossense Norte Mato-grossense	Mato Grosso do Sul (MS) - 4 Leste de Mato Grosso do Sul Pantanaís Sul Mato-grossense Centro Norte de Mato Grosso do Sul Sudoeste de Mato Grosso do Sul
Minas Gerais (MG) - 12 Metropolitana de Belo Horizonte Sul/Sudoeste de Minas Triângulo Mineiro/AltoParanaíba Vale do Rio Doce Norte de Minas Oeste de Minas Jequitinhonha	Pará (PA) - 6 Baixo Amazonas Sudoeste Paraense Marajó Nordeste Paraense Metropolitana de Belém Sudeste Paraense	Paraná (PR) - 10 Metropolitana de Curitiba Norte Central Paranaense Oeste Paranaense Centro Oriental Paranaense Noroeste Paranaense Centro-Sul Paranaense	Paraíba (PB) - 4 Sertão Paraibano Agreste Paraibano Mata Paraibana Borborema

<p>Campo das Vertentes Central Mineira Vale do Mucuri Noroeste de Minas Zona da Mata</p>		<p>Norte Pioneiro Paranaense Sudoeste Paranaense Sudeste Paranaense Centro Ocidental Paranaense</p>	
<p>Pernambuco (PE) - 5 Mata Pernambucana Sertão Pernambucano Metropolitana de Recife Agreste Pernambucano São Francisco Pernambucano</p>	<p>Piauí (PI) - 4 Sudeste Piauiense Sudoeste Piauiense Norte Piauiense - Centro-Norte Piauiense</p>	<p>Rio Grande do Norte (RN) - 4 Agreste Potiguar Central Potiguar Leste Potiguar Oeste Potiguar</p>	<p>Rio Grande do Sul (RS) - 7 Noroeste Rio-grandense Metropolitana de Porto Alegre Sudeste Rio-grandense Nordeste Rio-grandense Centro Oriental Rio-grandense Sudoeste Rio-grandense Centro Ocidental Rio-grandense</p>
<p>Rio de Janeiro (RJ) - 6 Baixadas Noroeste Fluminense Metropolitana do Rio de Janeiro Sul Fluminense Norte Fluminense Centro Fluminense</p>	<p>Rondônia (RO) - 2 Madeira-Guaporé Leste Rondoniense</p>	<p>Roraima (RR) - 2 Norte de Roraima Sul de Roraima</p>	<p>Santa Catarina (SC)- 6 Sul Catarinense Grande Florianópolis Serrana Oeste Catarinense Norte Catarinense Vale do Itajaí</p>
<p>São Paulo (SP)- 15 Araraquara Presidente Prudente Itapetininga Litoral Sul Paulista Araçatuba Marília Metropolitana de São Paulo Ribeirão Preto Vale do Paraíba Paulista Bauru São José do Rio Preto Piracicaba Assis Campinas Macro Metropolitana Paulista</p>	<p>Sergipe (SE)- 3 Leste Sergipano Agreste Sergipano Sertão Sergipano</p>	<p>Tocantins (TO)- 2 Occidental do Tocantins Oriental do Tocantins</p>	

Fonte: SKYSCRAPERCITY, 2009. Elaborado: Cássia Marques da Rocha.

ANÁLISES POPULACIONAIS NO BRASIL

No Brasil, a partir da década de 1930, com a economia cafeeira dando sinais de declínio e sob o regime do Estado Novo, o país começou a passar por profundas transformações, tanto na economia, quanto nas políticas públicas³. Sendo que no âmbito da economia a ênfase passou a ser dada ao processo de industrialização, voltada intensamente para a substituição de importação, e à integração do mercado interno. Somado a isso, o Estado implementou políticas públicas nas áreas da saúde coletiva, assistência médica, educação básica, previdência social e leis trabalhistas. Todo esse processo refletiu fortemente na construção de novas espacialidades, produzindo uma rede urbana mais densa, porém ainda desconcentrada. (OLIVEIRA, 2006).

De acordo com Santo (2001) desde o começo do desenvolvimento da industrialização, a partir de 1930, que o Brasil necessitava da integração nacional e uma as formas que possibilitariam este fato seria a uma rede nacional de transportes. O autor ainda expõe que foi durante o regime de Getúlio Vargas, que a modernização teve início, determinante que possibilitou a concentração econômica de também a espacial. Com isso novas cidades foram se desenvolvendo e outras tantas foram surgindo, à medida que o território nacional foi sendo integrado.

As políticas públicas da época contribuíram para um significativo crescimento populacional, e nessa etapa do desenvolvimento no país, os deslocamentos populacionais foram marcados pelas migrações internas, rumo às cidades e ao campo, destacando-se aí o início do processo de expansão das áreas de fronteiras agrícolas, no Paraná, interior de São Paulo, Goiás e Mato Grosso (OLIVEIRA, 2006).

Já em um período mais atual, a tecnologia e os avanços nas áreas da medicina, saneamento, entre outros, proporcionam uma qualidade de vida cada vez melhor à população, fazendo com que esta permaneça em constante crescimento, com taxas de natalidade relativamente altas e taxas de mortalidade baixas.

Portanto, deve-se propor um modo de ver a realidade oposto àquele fundado em dois polos distintos – rural e urbano, retomando a ideia de um espaço híbrido, isto é, o espaço formado “[...] da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os

³ O termo, políticas públicas, não possui uma única definição, tão pouco um único significado. Como aponta Souza (2006), vários autores e diversas ciências buscam definir esta “política”, com isso, escolheu a definição de Peters (1986 apud SOUZA, 2006, p.24) em que a “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos”.

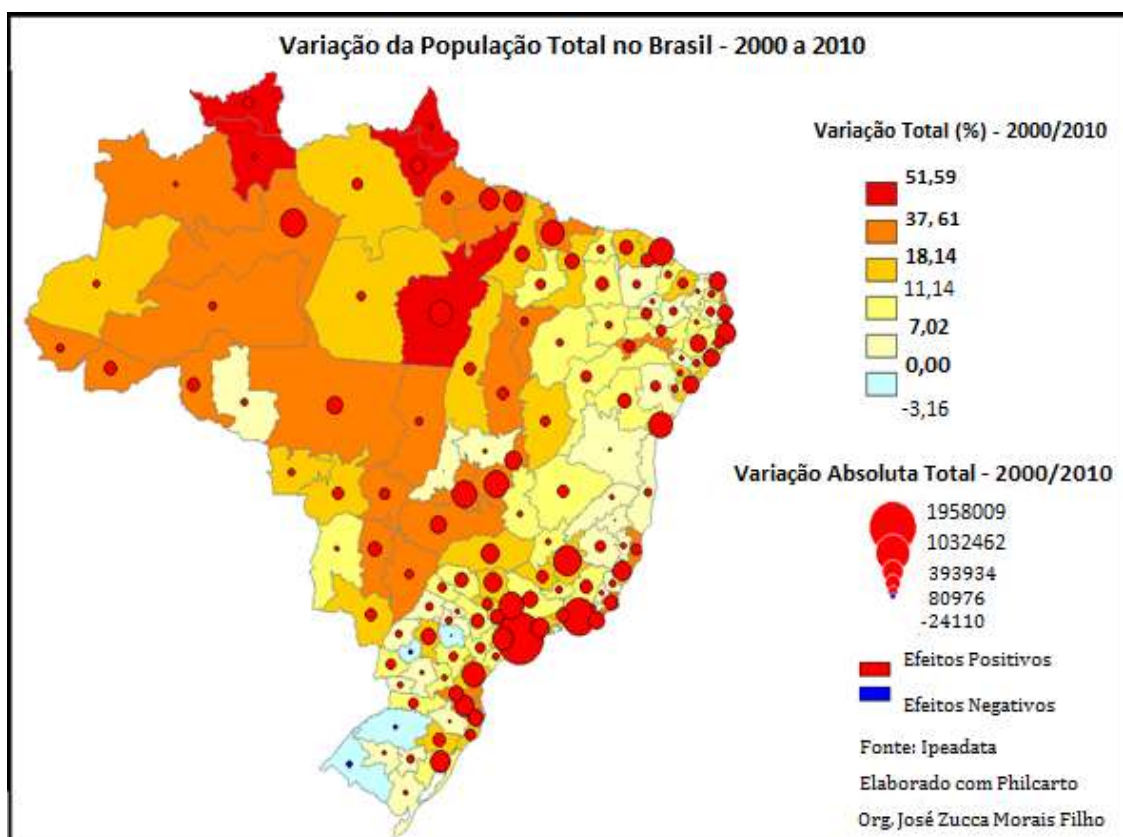
sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço.” (SANTOS, 2006). Assim sendo, nota-se no mapa abaixo (ver imagem 1), que a grande maioria das mesorregiões apresentaram crescimento populacional no período de 2000 a 2010. Vale expor que em 2000 o Brasil contava com 169,8 milhões de habitantes e em 2010 com 190,7 milhões, o que significa que o país apresentou um crescimento demográfico de 12,3% em sua população.

O mapa representa grandes crescimentos em número de habitantes totais nas mesorregiões brasileiras, com apenas quatro tendo um crescimento negativo do início do século XXI até o término de sua primeira década. Sendo que em cinco mesorregiões, as quais são: Sudoeste do Pará, Norte de Roraima, Sul de Roraima, Norte e Sul do Amapá, houve um aumento de até 52% da população, tendo em outras 26 destas mesorregiões, um aumento na casa dos 38%.

Já em termos absolutos, São Paulo é onde se observa o maior aumento no contingente populacional, com 1.958.009 habitante a mais em apenas uma de suas mesorregiões seguido dos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Pará e Amazonas, no aumento absoluto de seus habitantes, com locais variando de 80.976 até 1.032.462 habitantes na escala temporal analisada.

Na ótica das mesorregiões onde se observa um crescimento negativo, há duas delas no estado do Rio Grande do Sul (Noroeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense) e outras duas no estado do Paraná (Norte Pioneiro e Centro Ocidental), apresentando decréscimos de aproximadamente 4% entre as populações totais de 2000 e 2010, o que representam números de até 24.110 habitantes a menos. Sendo que devido ao baixo número, estas diminuições não devem estar ligadas a uma grande taxa de mortalidade, mas sim a migrações realizadas no período.

Imagem 1 - Mapa de Variação Total da População por Mesorregiões do Brasil



Fonte: IPEAdata, 2013. Elaboração: José Zucca Morais Filho, 2013.

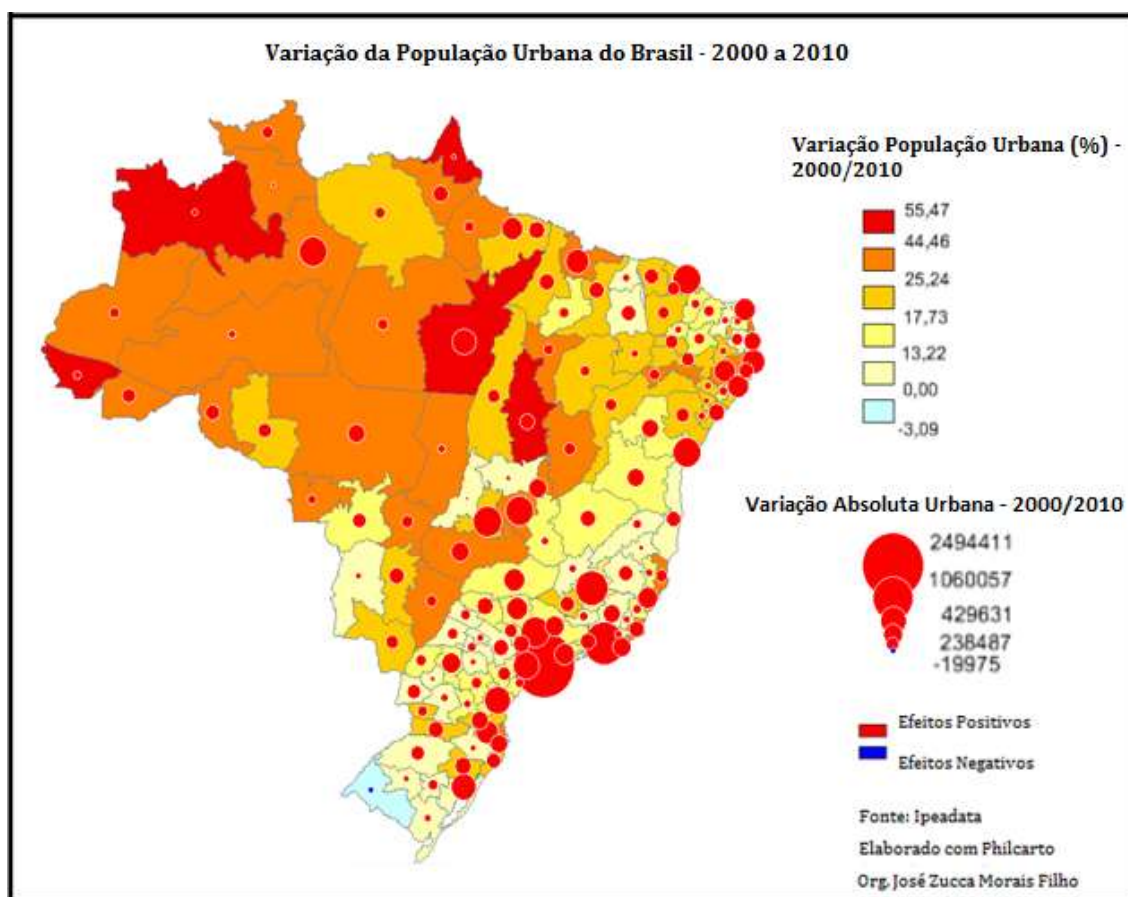
As migrações são, realmente, um mecanismo de redistribuição da população seguindo os interesses do processo de industrialização. Nessa perspectiva, os migrantes são uma classe em movimento e são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se, assim, num processo social determinante. No caso dos países em desenvolvimento, os desequilíbrios regionais, que se intensificam com o próprio processo de industrialização, são causas fundamentais nesse processo social migratório. (SINGER, 1980 apud BRITO, 2007).

As evidências empíricas sinalizam que são as cidades com menos de 500 mil habitantes as que mais crescem no país, o que demonstra a influência da migração, muito embora as grandes cidades continuem concentrando parcela expressiva da população - aproximadamente 30%. (IBGE, 2011).

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, algumas tendências sobre os fluxos migratórios e novos espaços de redistribuição populacional foram confirmadas. Mostrando que os deslocamentos entre as regiões brasileiras envolvem cerca de 3,3 milhões de pessoas, dentre as quais, entre entradas e saídas, destacou-se a Região Nordeste que apresentou a maior perda absoluta (760 mil pessoas), tendo as trocas com o Sudeste

contribuído com cerca de 2/3 dessa perda. Nos últimos anos da década passada, o Nordeste continuou sendo uma região de expulsão populacional, visto que as trocas com as outras regiões brasileiras foram negativas, sendo que a Região Sul foi a que apresentou o menor saldo nas trocas com o Nordeste (IBGE, 2011).

Imagem 2 - Mapa de Variação da População Urbana por Mesorregiões do Brasil



Fonte: IPEAdata, 2013. Elaboração: José Zucca Morais Filho, 2013.

No segundo mapa (ver imagem 2), nota-se que a região norte do Brasil foi o local onde aconteceu a maior variação de população urbana tanto em termos percentuais como absolutos em relação aos outros estados. Tendo aumentos na casa dos 55% do ano de 2000 até 2010, porém em relação a termos absolutos, a capital São Paulo ainda permanece com os maiores índices de aumentos populacionais observados já há muitas décadas, o que pode ser explicado pelas expressivas correntes migratórias em direção a essa metrópole, a qual se constitui como o maior polo econômico, industrial e de serviços de todo o país. Mesmo assim, observa-se que:

O país apresenta alguns eixos de crescimento populacional espalhados pelas diversas regiões. Essas configurações surgem de atividades

econômicas complexas que articulam atividades agrícola e industrial diversificadas, com infraestruturas sofisticadas para produção, armazenagem, distribuição e circulação de produtos e serviços. De um modo geral, seriam aglomerações urbanas, áreas de agricultura moderna e de expansão agrícola e exploração mineral, centros urbanos isolados, entre outras formas. (IBGE, 2011.p. 41).

Na ordem dos termos absolutos o crescimento no âmbito nacional é significativo, demonstrando crescimentos que variaram entre 100 mil habitantes em áreas da região nordeste, por exemplo, até 2.494.411 na Mesorregião Macro Metropolitana Paulista, no estado de São Paulo. Sendo que a Região Sul como um todo, teve baixo crescimento na maioria de suas mesorregiões, o crescimento esteve concentrado basicamente nas mesorregiões das capitais e em suas proximidades.

A única mesorregião em todo o país que obteve uma diminuição em sua população urbana foi a Sudoeste Rio-Grandense, contando com menos 19.975 pessoas do início do século XXI até o final da primeira década, o que representa um decréscimo de aproximadamente 3%. Assim podemos inferir que há nesta mesorregião problemas de ordem econômica, que motivem o deslocamento da população, ou de saúde pública, justificando a queda no número de habitantes.

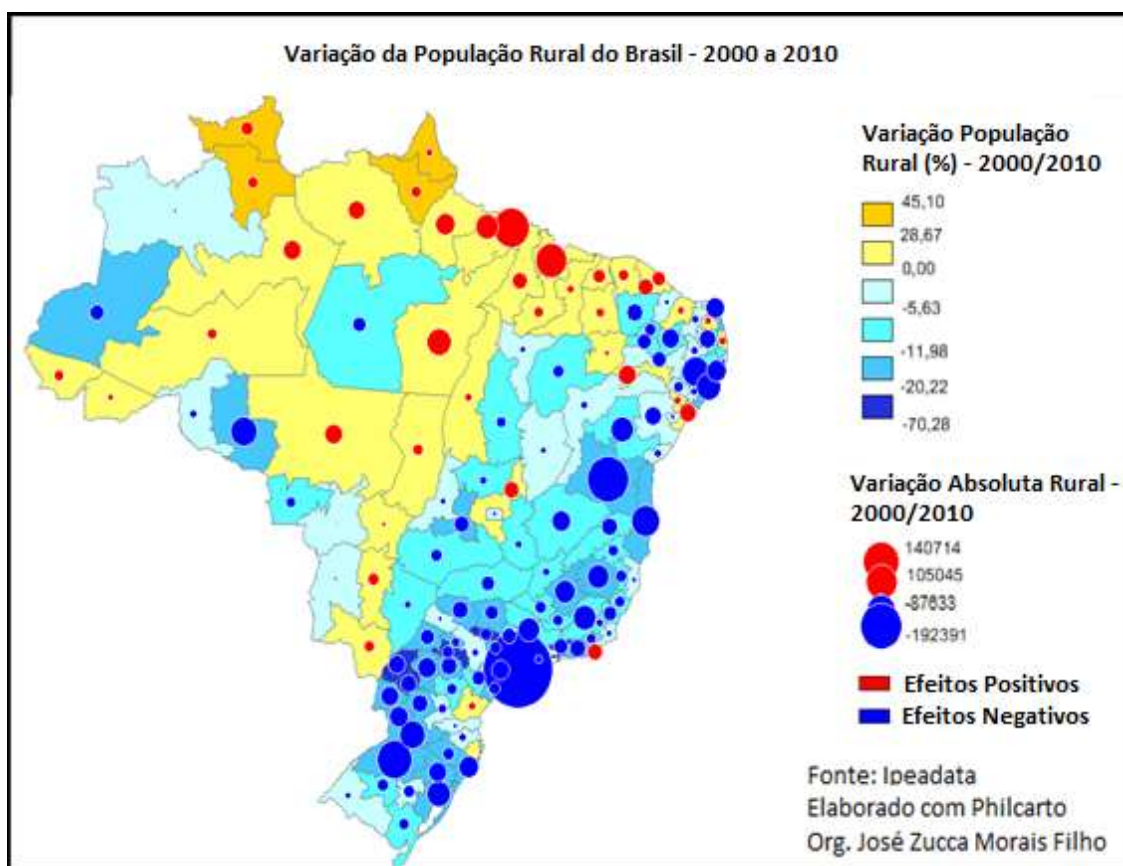
Tabela 1 – Imigrantes, Emigrantes e Saldo Líquido, ano 2000:

Grandes Regiões	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Norte	355 436	292 751	62 685
Nordeste	647 373	1 411 421	(-) 764 048
Sudeste	1 404 873	946 286	458 587
Sul	330 618	349 813	(-) 19 195
Centro-Oeste	625 246	363 275	261 971

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Excluídos os imigrantes vindos de países estrangeiros.

O termo imigrante está relacionado à pessoa que chega a um local que não é o seu, já o termo emigrante define quem deixa seu local de origem. Como apresentado acima (ver tabela 1), confirmando a tendência apresentada anteriormente de saídas em massa da Região Nordeste e grandes quantidades de pessoas chegando a Região Sudeste.

Imagem 3 - Mapa de Variação da População Rural por Mesorregiões do Brasil

Fonte: IPEAdata, 2013. Elaboração: José Zucca Morais Filho, 2013.

O fenômeno migratório no Brasil experimentou diversas fases, e como processo social que é, esteve fortemente marcado pelas construções sociais de cada período histórico. Teve sua fase pré-capitalista, na qual predominou o deslocamento de mão de obra não assalariada, principalmente a escrava. Depois, no período capitalista, experimentou as diversas transformações nos modelos de acumulação do capital, suas crises e revigoração. Ao longo dessas fases, sem dúvida, contribuiu de forma decisiva na constituição de novos espaços, incremento demográfico, miscigenação, diversificação cultural e consolidação do território. (OLIVEIRA, 2006).

A busca por um novo emprego, melhores salários, estudos e qualidade de vida, ou seja, os fatores de atração estimularam e ainda estimulam muitos brasileiros a deixarem o campo para tentar melhores condições de vida nos centros urbanos, o que explica o expressivo decréscimo de habitantes no campo, exposto no mapa anterior (ver imagem 3), que ilustra uma baixas de até 70,3% no números relativos que perda de população rural.

Os dados apresentados confirmam uma tendência existente nas ultimas 4 décadas, porém houve aumentos consideráveis no número de pessoas residentes no campo,

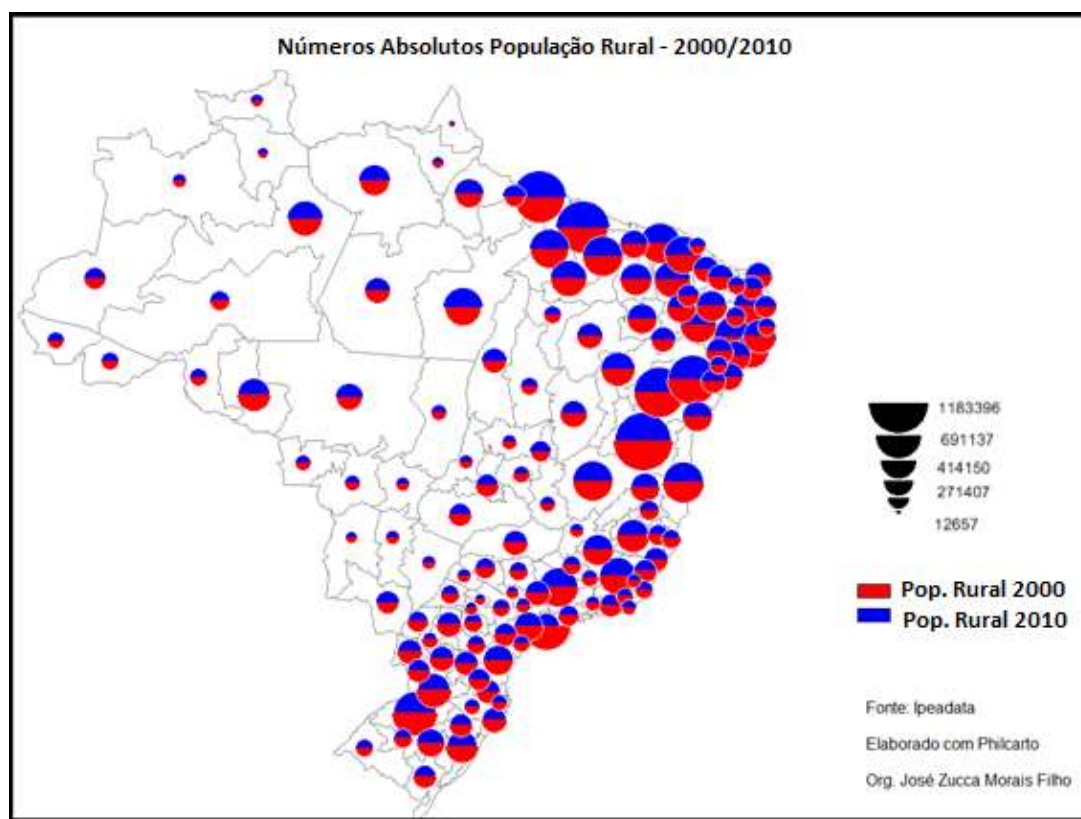
o que talvez seja uma nova realidade, demonstrando que as cidades já não são lugares tão atrativos para se viver, como nota-se em parte da Região Norte, Centro-Oeste e algumas mesorregiões também do Nordeste, locais onde houve aumento significativo do número de habitantes morando no campo (Imagem 4).

Há uma diferença entre a emigração proveniente de regiões rurais estagnadas e aquelas que são influenciadas pela introdução das relações capitalistas no campo, através do progresso técnico. No caso dessas últimas, o desemprego tecnológico gera um excedente de mão de obra que migra para as cidades, aumentando a produtividade e a qualidade de vida dos que ficam. (BRITO, 2007).

Dentro desta perspectiva, um estudo do Ipea mostra que as mulheres são maioria entre os que deixam o campo. Enquanto nas cidades elas representam 51,5% da população, no campo elas constituem 47,6%. Isto ocorre porque as mulheres jovens encontram empregos mais facilmente nas cidades, tanto em empresas como em residências. Já o trabalho rural exige esforço braçal e não oferece perspectiva de crescimento, e ainda a família rural investe mais na educação da menina. (VELLUTO; NOMURA, 2013).

É válido expor que no ano 2000, a população rural passou a representar apenas 18,7% do total, contra 81,3% de habitantes das áreas urbanas. O principal motivo para este êxodo rural foi a industrialização ocorrida no final da década de 50 e a falta de incentivo à agricultura nacional, com ênfase na agricultura familiar. (VELLUTO; NOMURA, 2013).

Assim, já no âmbito dos números absolutos relacionando a variação de 2000 até 2010, em números totais, houve decréscimos de 192.391 habitantes em algumas mesorregiões de estados como a Bahia e o Rio Grande do Sul, considerando-as individualmente, acontecendo também, quedas muito maiores como é o caso da já citada, cidade de São Paulo. Isso demonstra uma tendência nos anos estudados, em que a maior parte dos êxodos em direção à área urbana ocorreu na Região Sul e Sudeste do Brasil.

Imagem 4 - Número Absolutos População Rural de 2000 a 2010.

Fonte: IPEAdata, 2013. Elaboração: José Zucca Morais Filho, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho demonstra uma contínua tendência em relação aos aumentos populacionais, tanto em áreas urbanas como na totalidade do país, embora muitas pessoas já comecem a retornar para o campo devido às dificuldades encontradas nas periferias dos grandes centros urbanos. Porém, locais como a capital São Paulo ainda são grandes receptores de migrantes mesmo nos dias de hoje, devido a sua importância como polo econômico, industrial e de serviços, confirmando algo que ocorre há mais de cinco décadas, sendo que maioria do excedente populacional que se dirige para lá são provenientes da região nordeste.

Destarte, o estudo demonstra que a questão populacional em todas as mesorregiões brasileiras torna possível observar e analisar as tendências do país como um todo e confirma o importante papel dos fluxos populacionais na reordenação do espaço geográfico. As melhorias nas condições de vida na maior parte do Brasil, a integração econômica, educação, moradia, acesso à saúde pública, são fatores que possibilitam o crescimento demográfico, como se observou por meio dos dados da década analisada em tela, um acréscimo de 20,9 milhões pessoas, isto é, 12,3%, o que reflete no um aumento do

número de crianças, redução da mortalidade infantil e maior expectativa de vida da população.

Apesar de atualmente o país estar iniciando um processo de envelhecimento de sua população, ainda há boas taxas de natalidade, assim, há muito a ser discutido ainda em trabalho futuros, como por exemplo, os motivos e causas nesta relação da questão dos nascimentos com o aumento no número de idosos.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Fausto. **As Migrações Internas no Brasil: Um Ensaio Sobre os Desafios Teóricos Recentes**. 2007
- IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões E Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, v. 1, [s/n]. 1990. p. 135
- IBGE. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/deslocamentos.pdf> Acesso em: 23 de outubro de 2013.
- IBGE. **Divisão Regional**. 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em: 29 de outubro de 2013.
- IPEA. Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. **IPEAdata: Banco de Dados do Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada**. 2013. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 26 outubro de 2013.
- NOMURA, Roberta; VELLUTO, Luciele. **Cidade ainda atrai mais migrantes do que o campo**. 2013. Disponível em: <<https://www.metodista.br/metodista.br/cidadania/numero-15/cidade-ainda-atrai-mais-migrantes-do-que-o-campo>>. Acesso em 26 de outubro de 2013.
- OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Dos movimentos populacionais à pendularidade: uma revisão do fenômeno migratório no Brasil. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2006, Caxambú- MG. **Anais...** Caxambú- MG, 2006.p.1-17
- SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.p. 260.
- SKYSCRAPERCITY. **Evolução populacional das 137 Mesorregiões do Brasil (1991, 1996, 2000, 2007)**. 2009. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=830482>> Acesso em: 2 de novembro de 2013

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45.